

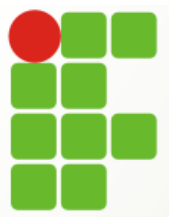


**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO
CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

KATIANE DA CRUZ OJEDA

**QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM
VITÓRIA, CUIABÁ - MT**

**CUIABÁ - MT
2014**



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MATO GROSSO
CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

KATIANE DA CRUZ OJEDA

**QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM
VITÓRIA, CUIABÁ - MT**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso superior de
Tecnologia em Gestão Ambiental do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Estado de Mato Campus
Cuiabá – Bela Vista para obtenção de
título de graduado.

Orientador: MSc. Francioly Marcos B. Siqueira

**CUIABÁ – MT
2014**

Divisão de Serviços Técnicos. Catalogação da Publicação na Fonte. IFMT Campus
Cuiabá Bela Vista

Biblioteca Francisco de Aquino Bezerra

O38q

Ojeda, Katiane da Cruz.

Qualidade de vida e desenvolvimento socioambiental: estudo de caso a partir
dos moradores do bairro jardim vitória, Cuiabá - MT / Katiane da Cruz Ojeda.

— Cuiabá, 2014.

41f.

Orientador: Francioly Marcos B. Siqueira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação de Tecnologia em Gestão
Ambiental) –. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato
Grosso.

1. Ocupação desordenada – TCC. 2. Saneamento básico – TCC.
3. Infraestrutura – TCC. I Siqueira, Francioly Marcos B. II. Título.

IFMT CAMPUS CUIABÁ BELA VISTA

CDU 504.05

CDD 304.2

KATIANE DA CRUZ OJEDA

**QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:
ESTUDO DE CASO A PARTIR DOS MORADORES DO BAIRRO JARDIM
VITÓRIA, CUIABÁ - MT**

Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Ambiental, submetido à Banca Examinadora composta pelos Professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus Cuiabá Bela Vista como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Graduado.

Aprovado em: _____

Prof. MSc Francioly Marcos Batista Siqueira (Orientador)

Prof. MSc Franks Marcio Batista Siqueira (Membro da banca)

Prof. Dr. Dorival Pereira Borges da Costa (Membro da Banca)

**CUIABÁ - MT
2014**

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha amada família pelo apoio e carinho dedicado em toda minha caminhada.

Aos professores do IFMT - Campos Cuiabá Bela Vista, por quem nutro imensa gratidão e respeito pela bela profissão, onde dedicam suas vidas em não somente na formação intelectual, mas também, formando cidadãos de bem.

AGRADECIMENTO

Agradeço em especial aos meus pais pela educação a mim dedicada, pelo apoio incondicional em toda fase da minha vida e, principalmente, durante toda trajetória de minha formação. Compreendendo as minhas inevitáveis ausências neste período de curso, me incentivando e não permitindo, em hipótese alguma, minha desistência, por mais que a batalha tenha sido árdua.

Deixo aqui, também, meu eterno carinho e agradecimento a minha irmã Tatiane Ojeda, por seu apoio e incentivo durante todo o percurso acadêmico e pela companhia fiel durante as coletas de dados a campo para a elaboração desta pesquisa.

Expresso aqui todo carinho e gratidão ao meu querido orientador e amigo Francioly Marcos Siqueira, pela sua dedicação e ajuda durante toda a pesquisa, assim como, pelo seu imprescindível apoio nos momentos de incertezas.

A minha querida amiga Regiane Lima, por ter dividido comigo as alegrias nas vitórias alcançadas e apoio nas dificuldades durante esse caminho muitas vezes cheio de obstáculos.

Aproveito para agradecer as minhas queridas colegas de turma e também amigas Adrianna Amorim, Letícia Kédina, Carolina Lima, Simone Rosa e Rharianny Krestring, pelo incentivo, apoio e carinho durante todo esse período de formação e, em especial, durante a elaboração deste trabalho de conclusão.

Aos colegas da turma 2009/02 noturno, pela convivência prazerosa e respeitosa durante estes mais de três anos juntos.

A cada professor e professora que contribuiu para que pudesse efetivar mais essa etapa de minha vida, dedico a cada um meu carinho, respeito e admiração.

A todos o meu muito obrigada!

*“Nada em rigor tem começo e coisa alguma tem fim,
já que tudo se passa em ponto numa bola;
E o espaço é o avesso de um silêncio onde mundo dá
mais volta.”*

Guimarães Rosa in A história do homem do Pinguelo
(Essas Estórias).

RESUMO

Devido ao crescimento urbano desordenado, situação que vem se disseminando por todo país, boa parte da população brasileira tem sofrido graves problemas de infraestrutura. Situação esta que põem em risco a saúde, o bem-estar social e comprometendo a qualidade do meio ambiente. E foi exatamente este problema encontrado no bairro Jardim Vitória, na cidade de Cuiabá, que teve como origem a ocupação desordenada e, devido à falta de planejamento, os moradores sofrem com a precariedade dos serviços públicos básicos. A proposta deste trabalho não tem a pretensão de indicar soluções para os problemas diagnosticados, mas parte da ideia de que a melhor forma de diminuir os impactos e problemas relacionados ao lugar é estimular o sentimento de afinidade e mutualismo entre o lugar e os seus moradores. O objetivo do trabalho foi diagnosticar as consequências da ocupação desordenada no bairro Jardim Vitória e como isso pode afetar a qualidade de vida destes moradores e com a preservação do meio ambiente local.

Palavras-chave: Ocupação desordenada, Saneamento básico, Infraestrutura.

ABSTRACT

Due to urban sprawl, a situation that is spreading across the country, much of the population has suffered serious infrastructure problems. Situation that jeopardizes the health, welfare and compromising the quality of the environment. It was precisely this problem found in Jardim Vitória neighborhood in the city of Cuiabá, which originated from the disordered occupation and due to lack of planning, the residents suffer from the lack of basic public services. The purpose of this work is not meant to indicate solutions to the problems identified, but part of the idea that the best way to reduce the impacts and problems related to the place is to stimulate the feeling of affinity and mutuality between the place and its residents. the objective was to detect the consequences of disordered occupation in Jardim Vitória neighborhood and how it can affect the quality of life of residents and the preservation of the local environment.

Keywords: Disorderly occupation, Sanitation basic, Infrastructure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Mapa de localização do bairro Jd. Vitória.....	23
Figura 2 Presença de esgoto a céu aberto em frente às casas.....	25
Figura 3 Na maior parte do bairro não existe asfalto.....	25
Figura 4 Avenidas José Torquato da Silva, principal avenida do bairro.....	26
Figura 5 Vias intransitáveis e com a presença de lixo onde deveria ser calçada para a passagem dos pedestres.....	26
Figura 6 Base Comunitária do bairro Jd. Vitória.....	27
Figura 7 Escolaridade dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória.....	28
Figura 8 Ocupação profissional dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória.....	29
Figura 9 Tempo que reside no bairro Jd. Vitória.....	29
Figura 10 Qual a importância das áreas verdes nos espaços urbanos.....	30
Figura 11 Qual a importância em se preservar o meio ambiente?.....	30
Figura 12 Sobre a qualidade ambiental, qual a visão sobre a situação do bairro atualmente.....	31
Figura 13 Houve uma diminuição significativa na arborização local?.....	31
Figura 14 Você concorda que o crescimento desordenado dos bairros pode afetar as condições ambientais da região.....	32
Figura 15 Você observou alguma alteração na temperatura local.....	33
Figura 16 Você notou alguma alteração na umidade local?.....	33
Figura 17 De quem você considera que seja a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais enfrentados em seu bairro.....	34
Figura 18 Você colabora para o meio ambiente quando.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CFB - Constituição Federal Brasileira

CPA - Centro Político e Administrativo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPDU - Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PSF - Programa de Saúde da Família

UNICED - United Nations Conference on Environment and Development

ZHIS - Zona de Habitação de Interesse Social

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 Faixa etária e sexo dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória.....	28
TABELA 02 A diminuição das áreas verdes poderá afetar o bem-estar dos moradores.....	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. O PROBLEMA DA OCUPAÇÃO DESORDENADA.....	16
1.1 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÃO.....	19
1.1.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	19
1.1.2 LEI FEDERAL Nº 6.766/79.....	20
1.1.3 O ESTATUTO DAS CIDADES.....	21
1.1.4 A LEI COMPLEMENTAR 108/2003.....	22
2. ÁREA DE ESTUDO.....	22
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	24
4. RESULTADO E DISCUSSÃO.....	24
4.1 PERFIL DOS MORADORES.....	27
4.2 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES.....	29
5. CONCLUSÃO	35
6. REFERÊNCIAS	37
7. APÊNDICE	39

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira – CFB (1988) quando trata dos direitos e garantias fundamentais em seu art. 5º, inciso XXII, dispõem que é garantido o direito de propriedade, e, logo em seguida, no inciso XXIII, afirma que esta propriedade deverá cumprir sua função social. Infelizmente não é exatamente essa a realidade das cidades brasileiras, onde o que se vê é um modelo de desenvolvimento que exclui grande parte da população, os obrigando a viver em áreas urbanas insalubres, isentos ao mínimo de infraestrutura adequada.

Foi na Idade Média que se deu início a expansão urbana com o surgimento dos primeiros aglomerados urbanos sem o mínimo de infraestrutura e, assim, os primeiros casos de poluição. E a partir do século XVIII deu início a Revolução Industrial, transformando o ritmo do desenvolvimento econômico industrial, com as primeiras máquinas a vapor, agravando ainda mais o problema ambiental afetando, desta forma, o bem-estar da população.

Diante destas mudanças, houve um crescimento populacional nas regiões urbanas, onde as pessoas deixavam o campo em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades. Mas, com esse crescimento desordenado, acabaram se deparando com várias situações, dentre estas, a falta de saneamento básico, expondo sua saúde à situação de risco, sem qualquer qualidade de vida.

Segundo Carlos (2001), o termo “qualidade de vida” esta intimamente ligada à qualidade das nossas relações afetivas, sociais e ambientais. Quando falamos em cidades podemos incluir também a qualidade aos serviços sociais e econômicos, como emprego, moradia, saúde, educação, saneamento básico e lazer.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a qualidade de vida é definida como uma percepção individual sobre a sua posição de vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores onde vive, e em relação as suas metas, expectativas, padrões e preocupações. Sendo um conceito abrangente, onde incorpora a saúde física, o estado psicológico, as relações sociais, as crenças pessoais, o nível de dependência e o relacionamento com características que se destacam no ambiente.

Desta forma, a qualidade de vida trás a percepção de que as necessidades individuais são satisfatórias e nem que suas oportunidades

negadas, a fim de atingir felicidade e plenitude tanto nas condições físicas, como nas condições sociais e econômicas.

Para FORATTINI (1991), qualidade de vida, em sua essência, se traduz então, pela satisfação em viver. De acordo com ele “o estado de satisfação ou insatisfação constitui na verdadeira experiência de caráter pessoal e esta ligado ao propósito de obtenção de melhores condições de vida. O grau de ajustamento às situações existentes, ou então, o desejo de mudança, poderão servir para avaliar a presença ou ausência de satisfação”.

Sobre a relação entre a ocupação desordenada e os problemas socioambientais, Grostein (2001) diz:

“Nas parcelas da cidade produzidas informalmente, onde predominam os assentamentos populares e a ocupação desordenada, a combinação dos processos de construção do espaço com as condições precárias de vida urbana gera problemas socioambientais e situações de risco, que afetam tanto o espaço físico quanto a saúde pública: desastres provocados por erosão, enchentes, deslizamentos; destruição indiscriminada de florestas e áreas protegidas; contaminação do lençol freático ou das represas de abastecimento de água; epidemias e doenças provocadas por umidade e falta de ventilação nas moradias improvisadas, ou por esgoto e águas servidas que correm a céu aberto, entre outros. A escala e a frequência com que estes fenômenos se multiplicam nas cidades revelam a relação estrutural entre os processos e padrões de expansão urbana da cidade informal e o agravamento dos problemas socioambientais.”

Foi no decorrer das décadas de 1980 e 1990 que as questões ambientais urbanas começaram a adquirir visibilidade, isso graças aos fóruns internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nas conferências de Vancouver, em 1976, e de Istambul, em 1996, foi visto que, através da produção em grande escala de moradias em conjuntos habitacionais, o Estado poderia produzir domicílios para os pobres nas cidades na quantidade necessária. E na conferência do Rio de Janeiro, em 1992, ECO/92 (United Nations Conference on Environment and Development - UNICED - Rio 92), centrada nos problemas do meio ambiente e desenvolvimento, foi concluído que cerca de $\frac{3}{4}$ do crescimento da população urbana mundial, na última década do século XX, seria absorvida por cidades do Terceiro Mundo, e colocou em evidência as questões da pobreza urbana e do custo econômico e social da degradação ambiental urbana.

O objetivo deste estudo é verificar a situação da qualidade de vida dos moradores residentes no bairro Jardim Vitória, situada em Cuiabá, que nasceu fruto da ocupação desordenada, e diagnosticar os principais prejuízos ao desenvolvimento socioambiental que, inevitavelmente, este processo de ocupação vem causando a estes cidadãos.

Outro ponto é a identificação dos problemas urbanos a partir da percepção dos moradores torna-se importante para que estes, participando de maneira mais incisiva, sejam estimulados a atuar nas medidas a serem tomadas com vista a sanar esses problemas. De acordo com Jacobi (1999), a implementação de ações implica não somente uma articulação sócio-política, mas também um acordo quanto aos procedimentos de disseminação pública – seja através de campanhas públicas de informação, seja através de mecanismos orientados para a constituição de um esforço comunitário para estimular e consolidar um eficiente e consistente processo de participação. Tal articulação legitima as ações, tornando-as mais eficientes quanto à resolução/amenização dos principais problemas socioambientais diagnosticados no local.

1. O PROBLEMA DA OCUPAÇÃO DESORDENADA

De acordo com Castells (2000), os problemas ambientais sofridos pelas grandes cidades brasileiras inevitavelmente estão associadas à desordem urbana, fruto da aceleração no ritmo da urbanização, da concentração do crescimento urbano nas regiões ditas subdesenvolvidas, pelas grandes metrópoles e pela relação do fenômeno urbano com novas formas de articulação social, vindas do modo de produção capitalista.

Sendo assim, Tostes (2006) dispõem sobre a preocupação com o equilíbrio social, elevando as condições de vida populacional, buscando colocar o crescimento econômico como condição fundamental para que isso ocorra junto com as necessárias condições e processos de preservação ambiental.

Cardoso (2002, p. 52), em seu texto aborda a “questão populacional”, e afirma que é “entendida como principal causa do esgotamento dos recursos naturais ou da degradação de espaços (e recursos) de uso comum”.

É claramente visto a ausência do meio ambiente junto ao espaço urbano. Este fato é caracterizado em função das formas utilizadas para o desenvolvimento socioeconômico das cidades, que segundo Rodrigues (2005, p. 90) ocorreu “enterrando-se os rios, derrubando vegetação, impermeabilizando terrenos, calçadas, ruas, identificando-se em altura – criando solo urbano etc.”.

Diante dos diversos fatores que influenciam a má qualidade dos recursos naturais e direcionam as cidades a um quadro devastador de degradação ambiental, não é só nas áreas verdes localizadas nos centros urbanos, mas sim a natureza como um todo, destaca-se a relevância dada nos últimos anos à preservação ambiental (Vargas 2008, p. 39).

Segundo Moraes (2009) o processo de ocupação urbana deve ser feito de acordo com leis específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que são responsáveis pelo crescimento urbano adequado. Mas, ainda Moraes afirma que existe um processo concorrente e ilegal de expansão que vem crescendo em todo o país, processo esse que tem como característica a ocupação de áreas públicas ou privadas por populações de baixa renda, se instalando de forma irregular e assim, nascendo bairros com traçado urbanístico incompatível com a topografia, desprovidos de qualquer qualidade habitacional e causando sérios riscos ao meio ambiente.

Sobre os deveres dos municípios, o Estatuto das Cidades (2001), onde estabelece diretrizes sobre a política urbana em seu art. 2º, inciso IV dispõe os seguintes preceitos:

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

Seguido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá que trás, em seu art. 50, os seguintes princípios:

Art. 50 - “O Plano Diretor de Desenvolvimento Estratégico de Cuiabá rege-se pelos seguintes princípios : (...) IV: direito à Cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer; (...) VII - direito universal à moradia digna”,

Barbosa (1995), ao analisar o código civil dispõe que invasão é toda área ocupada ilegalmente por um período inferior a um ano, em que sendo realizada em área pública, a desocupação pode ocorrer em 24 horas, e para isso, basta uma ordem administrativa. Quando ocorre em terrenos particulares, deve-se o proprietário realizar a denuncia da invasão e pedir reintegração de posse. Se caso a ocupação passar de um ano, a área ocupada ilegalmente adquire a categoria de favela, deixando seus ocupantes de serem considerados invasores.

Segundo diz Grostein (2001) o modelo de urbanização brasileira aponta duas características predominantes de fazer “cidade”: apresentam componentes de “insustentabilidade” que se associam com a expansão da área urbana e de transformação e modernização dos espaços intraurbanos; e também proporcionam baixa qualidade de vida urbana a parcelas significativas da população. Ainda de acordo com Grostein, o que prevaleceu na expansão urbana foram os “padrões periféricos”, ou seja, o surgimento de loteamentos ilegais (invasão), e os distantes conjuntos habitacionais populares de produção pública, como seus principais propulsores.

A respeito das ocupações em Cuiabá, Weyer et al (2010), afirma que, em um período de 50 anos, a cidade passou por um forte crescimento

desordenado, com o surgimento de vários assentamentos espontâneos (invasões) surgidas em terra de terceiros, acarretando em bairros mal estruturados, com ruas irregulares, sem asfaltamento, sofrendo com a falta de rede de esgoto e água adequada, sem escola e postos de saúde.

Em Cuiabá a migração campo cidade teve como consequência o aumento populacional e a falta de habitação para a crescente população urbana. Esta crescente falta de moradia aliada à falta de políticas públicas que fossem ao encontro das necessidades desta crescente população geraram ocupações irregulares em áreas ociosas no entorno de Cuiabá, dando origem aos chamados “Grilos”. (MORAES, 2009, p. 26)

Atualmente, o que se vê é um frequente aumento nas lutas por posse do solo urbano, gerando conflitos e ações jurídicas entre os invasores e os proprietários dos lotes. Segundo Moraes (2009), a região de Cuiabá com a maior concentração de bairros nascidos pela apropriação ilegal é a região norte, onde se localizam as terras da grande CPA, região de propriedade do Governo do Estado, e por este fato, acaba levantando o maior interesse de líderes dos movimentos de invasão.

Não se deve confundir a ocupação irregular com favela, de acordo com Campos (2005), a principal diferença entre elas esta na maneira como ocorre o processo de ocupação de determinada área. A favela é construída num processo diário, comparado com as formigas, já a ocupação se dá em blocos. Como explica Rodrigues (2003, p. 43):

As ocupações ocorrem em bloco, ou seja, certo número de famílias procura juntamente uma área para instalar-se. Esta ocupação caracteriza-se por uma mobilização anterior. As construções, embora de responsabilidade de cada família ocupante, são realizadas em verdadeiros “mutirões”, em que as famílias que não contam com homens, são auxiliadas por outras.

Nesse sentido, ambos os termos, apesar de retratarem realidades expostas a uma mesma característica de ilegalidade de terra, de moradias precárias e outras condições de falta de infraestrutura, retratam a mesma origem precária. Porém, a ocupação irregular é ainda o processo mais frequente nas cidades.

1.1 Legislação brasileira de ocupação

De acordo com Maricato (2001), o crescimento populacional nas áreas urbanas no Brasil ocorreu de maneira rápida. Em 1940 apenas 26% das pessoas viviam nas cidades, enquanto que atualmente esse número passa de 80%.

Partindo disto, com um histórico de mais de 22 anos de democracia, este cenário urbano teve que ser normatizado, ou seja, foram criadas regras que possibilitariam benefícios aos cidadãos brasileiros. Entre os avanços na elaboração de políticas que beneficiaram a população de baixa renda está a seguinte legislação:

- a) Constituição Federal – art. 182 e 183;
- b) Lei Federal nº 6.766/79;
- c) Estatuto das Cidades; e
- d) Lei Complementar 108/2003.

1.1.1 Constituição Federal

Na Constituição Federal em seus artigos 182 e 183, é estabelecida a função social da propriedade, que corresponde aos usos que podem ser dados à propriedade, seja de moradia, local de trabalho, objetos públicos. Desta forma, a propriedade que não cumpre com a sua função social e que fica sem nenhuma utilização está em desacordo com a legislação e poderá receber, por parte do poder público, outro fim.

Posto isso, a cidade, pela primeira vez na história brasileira, é referenciada como função social (NASCIMENTO, 2009). Com essa referência, os movimentos de lutas pela reforma urbana se preocuparam em criar um documento que regulamentasse esse dois artigos da Constituição Federal, esse documento foi transformado em Lei, chamado de Estatuto das Cidades.

1.1.2 Lei Federal nº 6.766/79

Dentro das políticas que regularizam o espaço urbano das cidades brasileiras, a Lei 6.766 de 1979 serve de base para que o setor administrativo das prefeituras possa aprovar, ou não, projetos de parcelamento do solo

urbano. De acordo com a lei, o parcelamento do solo poderá ser feito mediante dois procedimentos: loteamento ou desmembramentos caracterizados da seguinte forma:

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º - Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Esta Lei também orienta quanto à dimensão dos lotes em áreas urbanas e as infraestruturas necessárias para o parcelamento. Dentro as exigências para o parcelamento estão os devidos equipamentos urbanos como:

- a. Escoamento das águas pluviais;
- b. Iluminação pública;
- c. Abastecimento de água potável;
- d. Energia elétrica; e
- e. Vias de circulação.

Porém ela também orienta que os equipamentos urbanos mínimos de áreas definidas como Zona de Habitação de Interesse Social (ZHIS), nessas áreas as exigências mínimas serão:

- a. Vias de circulação;
- b. Escoamento de águas pluviais;
- c. Rede de abastecimento de água potável; e
- d. Soluções para o esgotamento sanitário e energia elétrica domiciliar.

Ainda, além dessas exigências, a Lei de parcelamento do solo terá que combinar com outras legislações existentes, entre eles o Plano Diretor e a Lei Complementar municipal nº 108. Mas nem todas as áreas ocupadas poderão ser definidas como ZHIS, as áreas alagadiças ou sujeitas à inundação, terrenos onde foram aterrados materiais nocivos a saúde pública, terrenos íngremes,

em áreas sem condições geológicas e ainda áreas em que a poluição impeça condições sanitárias suportáveis.

A Lei de parcelamento do solo ainda orienta qual deverá ser a área mínima de um lote, as distâncias que as edificações devem ter em relação aos cursos d'água, a exigência dos equipamentos comunitários, essa lei também serve de base para a elaboração de projetos de loteamento que poderão ser aprovados pela prefeitura.

1.1.3 O Estatuto das Cidades

Esta lei vem com o intuito de estabelecer normas específicas sobre o ordenamento do espaço urbano, o Estatuto das Cidades é a legislação que estabelece normas específicas do uso de propriedade em prol do coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, assim como, o equilíbrio do meio ambiente em áreas urbanas. Ele define também que municípios com mais de 20.000 habitantes devem criar o plano diretor.

As diretrizes urbanas previstas nesta Lei preveem que deve-se realizar o fornecimento de ordenamento e controle do solo para evitar o uso inadequado desse solo em diversas situações:

- a. A utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b. A proximidade de usos incompatíveis ou inadequados;
- c. O parcelamento do solo, a edificação ou o uso inadequado em relação à infraestrutura urbana;
- d. A instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente;
- e. A retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f. A deterioração das áreas urbanizadas; e
- g. A poluição e degradação ambiental.

De acordo com as diretrizes previstas no Estatuto das Cidades, a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda serão realizadas mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, do uso e ocupação do solo e também da edificação. Deverão

ser consideradas a situação socioambiental dessa população e as normas ambientais vigentes. Conforme o art. 2 do Estatuto:

XV - simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias, com vistas a permitir a redução dos custos e o aumento da oferta dos lotes e unidades habitacionais;
XVI - isonomia de condições para os agentes públicos e privados na promoção de empreendimentos e atividades;

1.1.4 A Lei Complementar 108/2003

Esta lei é responsável por reger os critérios técnicos e urbanísticos para a elaboração e implantação de projetos de habitação popular de interesse social de Cuiabá. Assim, de acordo com a Lei Complementar, somente pessoas que não sejam proprietárias de outro imóvel e que ganhem abaixo de 7 (sete) salários mínimos poderão ser beneficiadas.

A respeito das áreas de particulares ocupados irregularmente, ela afirma que poderão sofrer intervenção do poder público na realização da desapropriação por destinar a área do ZHIS ou mesmo para a realização da regulamentação fundiária. A secretaria responsável pelo encaminhamento dos processos em Cuiabá é a Agencia Municipal de Habitação Popular.

2. ÁREA DE ESTUDO

A cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, foi fundada em 08 de abril de 1719 pelos bandeirantes Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil, às margens do córrego da Prainha. Mas somente em 17 de setembro de 1818, 99 anos mais tarde, com a carta régia assinada por D. João VI seria reconhecida como município. Em 1835 Cuiabá se torna a capital de Mato Grosso, com a Lei nº 19, assinada pelo presidente da província, Antonio Pedro de Castro. Reconhecida como Centro Geodésico da América do Sul, Cuiabá esta localizada a uma altitude de 165 metros, Latitude de 15°35'56" de Latitude Sul e 56°06'01" de Longitude Oeste de Greenwich (Gr).

O crescimento da capital mato-grossense teve início na década de 1970, com o programa de povoamento do interior do país implantada pelo Governo Federal, oferecendo muitas vantagens para quem se interessasse. Após a divisão do estado de Mato Grosso em 1979 houve um grande aumento

populacional saltando de 1.138.426 para 2.854.642 (IBGE, 2007), correspondendo a um crescimento superior a 120%, nas últimas décadas.

De acordo com último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), realizada em 2010, Cuiabá possui 551.098 habitantes, com uma área de 3.495,424 km². O clima desta região é caracterizado pelo Tropical Continental, mas com algumas variantes típicas do lugar, apresentando dois períodos distintos: o chuvoso, com duração de oito meses, e o seco, com duração de quatro meses, com precipitação pluviométrica média anual de 1500 mm, com temperatura média de 32 °C.

O bairro Jardim Vitória, alvo da pesquisa, fica localizado na região norte da cidade de Cuiabá fazendo limite com os bairros: Jardim Florianópolis, Paraíso, Novo Paraíso, Jardim União. Sua origem, assim como de muitos bairros de nossa capital, ocorreu por meio de invasão de terra, ou popularmente conhecida como “Grilo”. E assim, foi crescendo sem nenhuma infraestrutura, o que se pode notar até os dias atuais.



Figura 1: Mapa de localização do bairro Jd. Vitória. Fonte: Google Mapa, 2014.

De acordo com relatos dos moradores mais antigos da região, o bairro Jd. Vitória tem por volta de 26 anos de ocupação. Segundo o Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Cuiabá (IPDU), sua área é estimada em 118ha (figura 1) e com uma população de aproximadamente 9.044 habitantes. O bairro tem como principal via de acesso a Avenidas José Torquato da Silva que faz ligação com a Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

É composta em sua maioria por ruas sem asfalto, sendo asfaltadas somente as vias principais (Avenidas José Torquato da Silva e Avenida Central), a presença do Programa de Saúde da Família (PSF), que atende os moradores do bairro e de regiões vizinhas.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para este estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas a respeito do tema, assim como, pesquisas *in loco* para levantar a real situação dos moradores do bairro Jardim Vitória.

Foram aplicados 30 questionários aos moradores locais nos períodos entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, com o intuito de avaliar sua percepção a respeito da situação ambiental da região e qual a opinião destes sobre a importância de um meio ambiente preservado para a sua qualidade de vida. Estes questionários foram estruturados com 14 questões, sendo 12 fechadas e 02 abertas, afim de formar o perfil dos moradores e diagnosticar as suas principais queixas com relação ao ambiente em que vivem.

A seleção dos entrevistados foi aleatória, apenas com a exigência que o entrevistado tenha idade mínima de 18 anos.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

A ocupação desorganizada trás problemas não somente aos órgãos públicos, mas principalmente para aos próprios invasores, pois estas áreas invadidas acabam por não obterem a infraestrutura adequada e ocasionando

grandes transtornos aos moradores. E exatamente o que foi encontrado no bairro Jardim Vitória, como ruas sem asfalto (Figura 02), esgoto a céu aberto trazendo sérios riscos à saúde da população do entorno, dentre outros problemas (falta água diariamente, sem rede de esgoto, não existem áreas de lazer).



Figura 2: Presença de esgoto a céu aberto em frente às casas. Fonte: Ojeda, 2013.

Há somente a presença de asfalto nas vias principais, onde passam os ônibus e o caminhão de coleta de lixo, as demais vias se encontram semelhante à mostrada na figura 3, sem asfalto e sem espaço para a transição dos pedestres.



Figura 3: Na maior parte do bairro não existe asfalto. Fonte: Ojeda, 2013.



Figura 4: Avenidas José Torquato da Silva, principal avenida do bairro. Fonte: Siqueira, 2014.

A situação encontrada no bairro vai contra o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, que trás em seu art. 2º as seguintes especificações:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;



Figura 5: Vias intransitáveis e com a presença de lixo onde deveria ser calçada para a passagem dos pedestres. Fonte: Siqueira, 2014.

Outro ponto importante que foi levantado pelos moradores é a falta de segurança, apesar da presença da base comunitária de segurança, ainda há muitos casos de violência e assaltos na região.



Figura 6: Base Comunitária do bairro Jd. Vitória. Fonte: Siqueira, 2014.

A falta de água também preocupa os moradores, que costumam passar dias sem água em suas torneiras.

Com os questionários pode-se verificar como os moradores percebem a situação do bairro, qual a importância em viver em um local preservado e como é seu comportamento diante desta preservação.

4.1 Perfil dos moradores

Foram utilizadas as variáveis socioeconômicas idade, sexo, escolaridade, ocupação profissional e há quanto tempo residem no bairro.

Com relação ao sexo, foram na maioria do sexo feminino (53%) contra um número menor do sexo masculino (47%). A faixa etária com maior predominância foi acima de 60 anos (40%) sendo, também, a maior parte do sexo feminino (Tabela 01).

Quanto ao grau de escolaridade (Figura 07), o resultado foi para 13% de analfabetos, 27% para o ensino fundamental e 60% com ensino médio completo, sendo que para o ensino superior não houve resultado.

TABELA 01: Faixa etária e sexo dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória

Faixa Etária	Feminino (53%)	Masculino (47%)
18 a 25 anos	12,5%	14%
26 a 35 anos	0%	43%
36 a 45 anos	12,5%	0%
46 a 60 anos	37,5%	0%
Acima dos 60 anos	37,5%	43%

Fonte: Resultados da pesquisa. Ojeda, 2014.

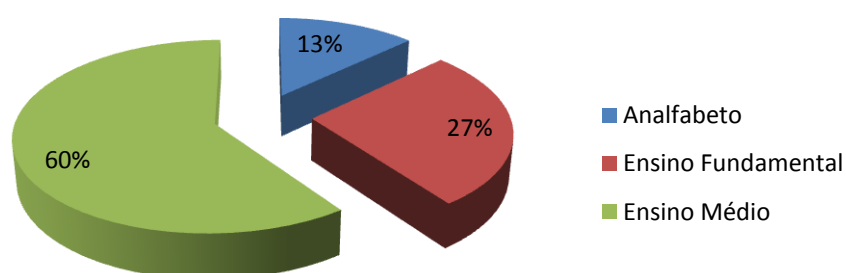


Figura 07: Escolaridade dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória. Fonte: Ojeda, 2014.

A respeito da ocupação profissional, que está sendo demonstrada na Figura 08, 40% dos entrevistados tinham emprego formal, 40% estão aposentados e 20% com renda informalmente (Outros).

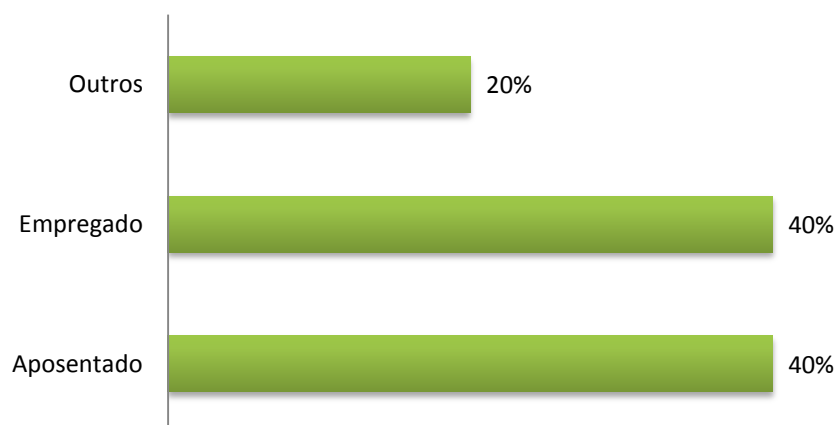


Figura 8: Ocupação profissional dos moradores entrevistados do bairro Jd. Vitória. Fonte: Ojeda, 2014.

Referente ao tempo em que residem no bairro (Figura 09), a maioria (80%) residem na região há mais de 10 anos e, além disso, muitos deste relataram ter participado das primeiras invasões para a formação do bairro.

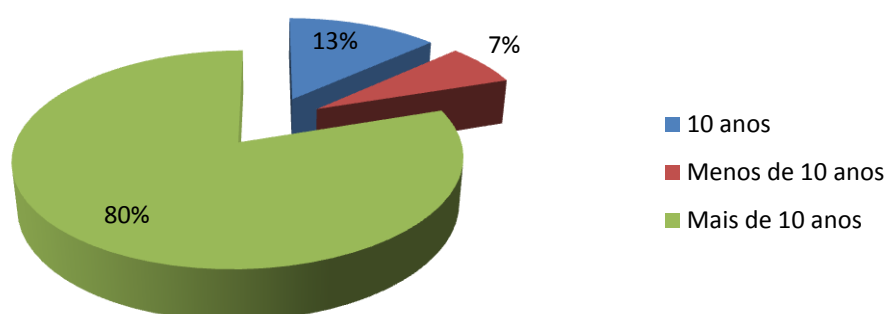


Figura 9: Tempo que reside no bairro Jd. Vitória. Fonte: Ojeda, 2014.

4.2 A Percepção dos Moradores

Foi questionado aos moradores entrevistados qual a importância das áreas verdes nos espaços urbanos (Figura 10), para avaliar em que grau de importância esta o seu entendimento em preservação e como eles ligam isso ao seu bem-estar. A maioria deste (86,6%) respondeu que as áreas verdes melhoram a qualidade do ar, mostrando que existe uma conscientização de que é importante a manutenção de um espaço verde para melhorar a qualidade de vida.

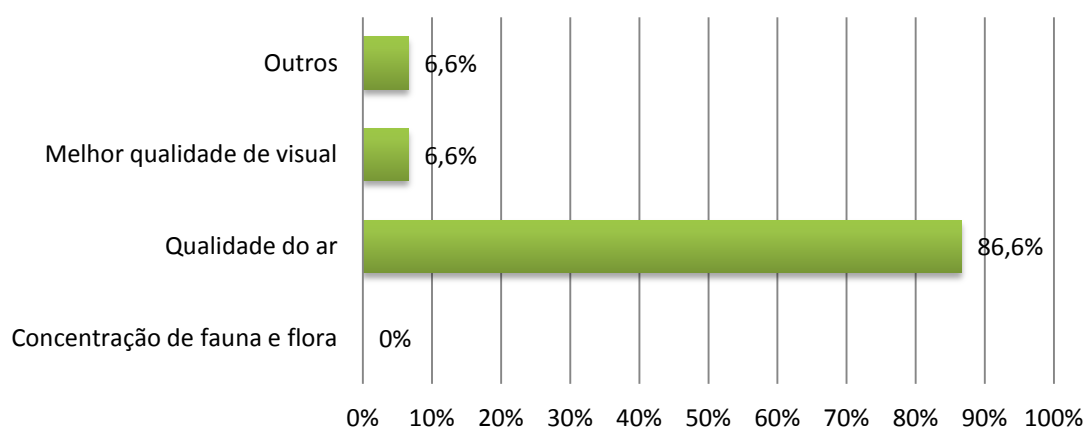


Figura10: Qual a importância das áreas verdes nos espaços urbanos? Fonte: Ojeda, 2014.

No que diz respeito à importância de se preservar o meio ambiente, também houve um resultado parecido com o questionamento a respeito das áreas verdes, em que novamente ocorreu uma relação entre preservar o meio ambiente e melhor qualidade de vida. Foram exatamente 86,6% dos entrevistados que responderam que a importância de se preservar o meio ambiente seria a melhor qualidade de vida, mas houve aqueles que não sabiam qual a importância em se preservar (13,3%).

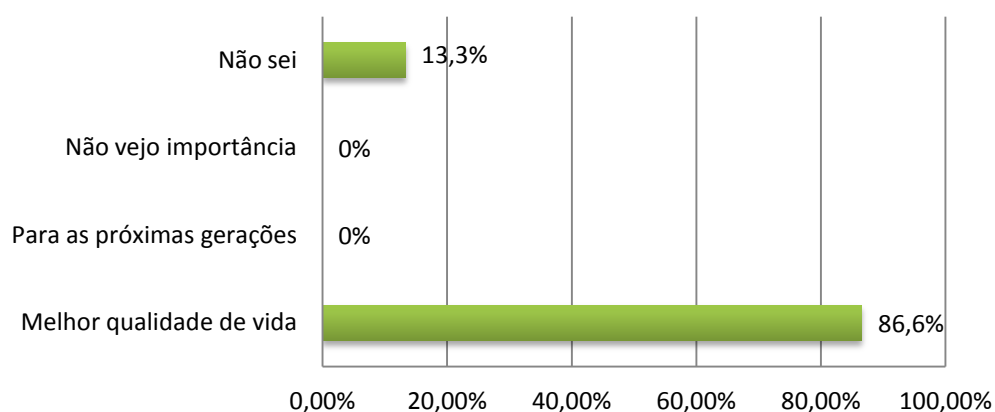


Figura 11: Qual a importância em se preservar o meio ambiente? Fonte: Ojeda, 2014.

Quando questionado sobre como os entrevistados veem a situação atual do bairro, houve um empate entre Ruim e Péssimo (46,6%). É compreensível

diante da situação precária em que esses moradores vivem, com pouca estrutura básica que garanta uma boa vivência.

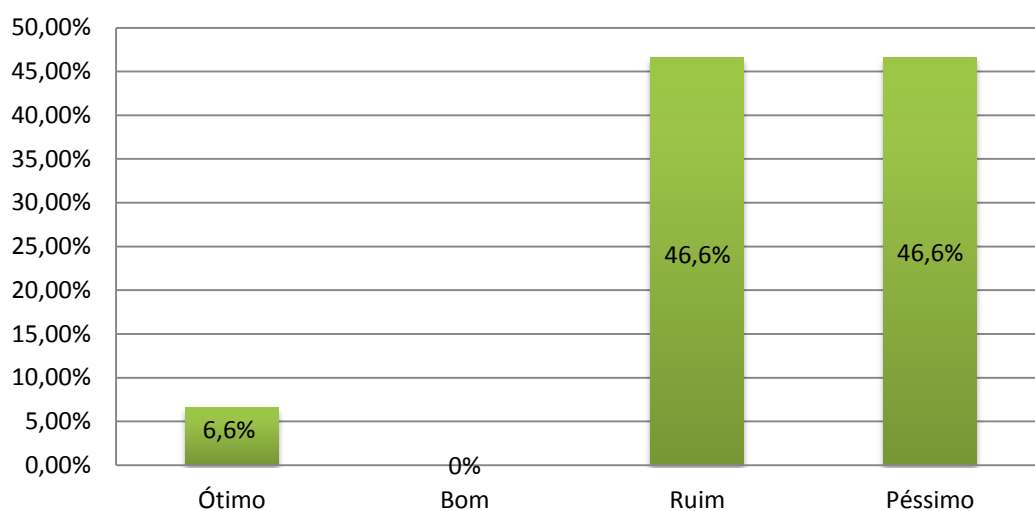


Figura 12: Sobre a qualidade ambiental, qual a visão sobre a situação do bairro atualmente?
Fonte: Ojeda, 2014.

Sobre a questão arbórea, foi questionado se houve diminuição na região e 80% dos entrevistados responderam que sim, 6,6% disseram que não e 13,3% responderam que não sabiam. A diminuição arbórea se deve ao fato de aumentar o número de casas na região causando a sua retirada.

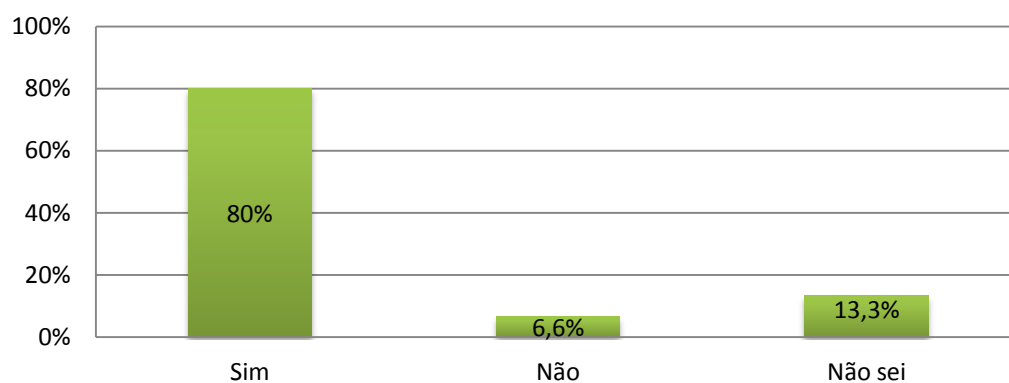


Figura 13: Houve uma diminuição significativa na arborização local? Fonte: Ojeda, 2014.

Na questão aberta, onde foi questionado se a diminuição das áreas verdes poderá afetar o bem-estar dos moradores e, caso a resposta fosse positiva, deveria citar em que isso afetaria. Tendo somente uma resposta

negativa, foi quase unânimes em que a diminuição as áreas verdes afetariam sim o bem-estar dos moradores e as respostas citadas foram: qualidade do ar (40%), qualidade da saúde (40%) e qualidade de vida (6,6%). Demonstrando que há uma íntima ligação entre meio ambiente e a preocupação com uma melhor qualidade de vida.

Tabela 02: A diminuição das áreas verdes poderá afetar o bem-estar dos moradores.

Qual fator afetado	(%)
Qualidade do ar	40%
Qualidade da saúde	40%
Qualidade de vida	6,6%

Fonte: Resultados da pesquisa. Ojeda, 2014.

Quando questionado sobre se concorda que o crescimento desordenado dos bairros pode afetar as condições ambientais da região, a maioria (80%) responderam que sim, sendo que 20% responderam que não sabem e nenhuma resposta negativa. Verificando que existe uma conscientização por parte da população que há relação entre crescimento desordenado e degradação ambiental.



Figura 14: Você concorda que o crescimento desordenado dos bairros pode afetar as condições ambientais da região? Fonte: Ojeda, 2014.

Também foi questionado a respeito da alteração na temperatura e na umidade local (Figura 15 e 16), se perceberam alguma mudança nestes fatores. Tanto para o fator temperatura (93,3%), quanto para o fator umidade

(93,3%), as respostas foram em sua maioria positivas, que foi observado aumento destes. O resultado desta questão pode ter como fator decisivo o fato de grande parte destes entrevistados serem de mais de 60 anos (37,5% feminino e 43% masculino), visto que pessoas com essa faixa etária costumam ser saudosistas e tem a tendência em afirmar que tempos antigos foram melhores e mais saudáveis que o presente.

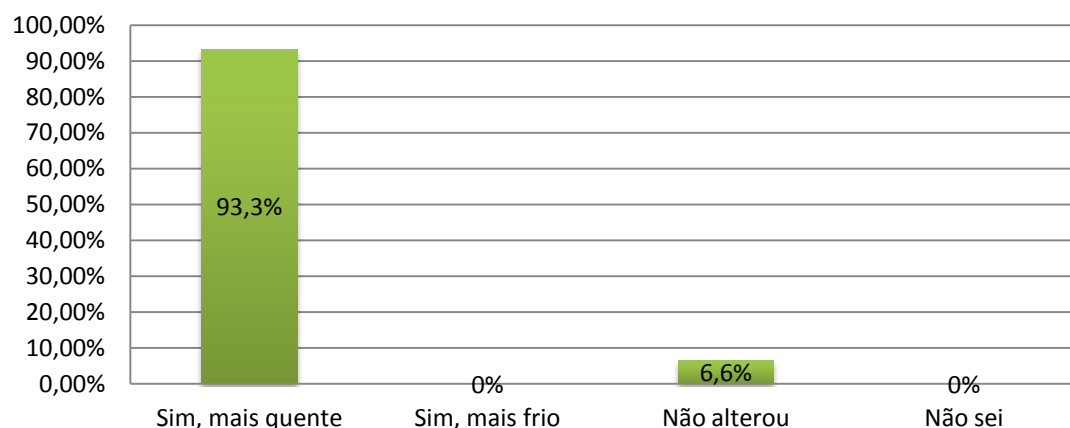


Figura 15: Você observou alguma alteração na temperatura local? Fonte: Ojeda, 2014.

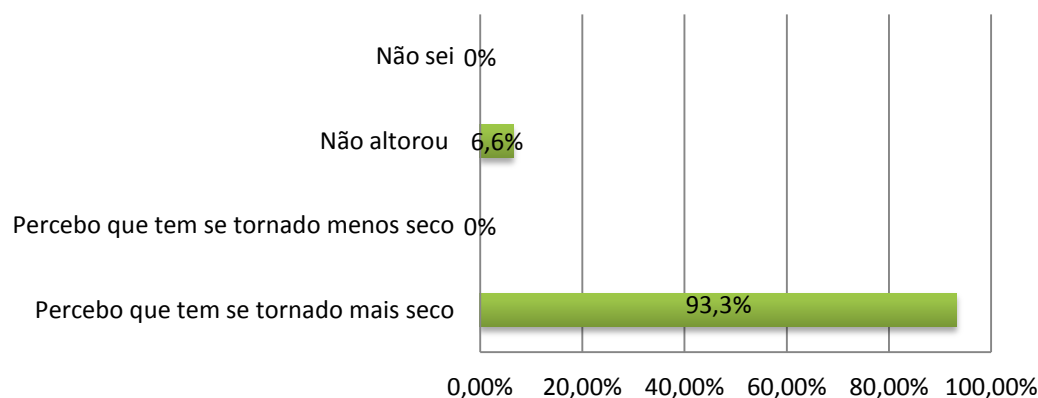


Figura 16: Você notou alguma alteração na umidade local? Fonte: Ojeda, 2014.

Em relação à opinião do entrevistado de quem seria a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais enfrentados em seu bairro 40% respondeu que seria da Prefeitura, Estado, população, ONGs e associações, 33,3% a população e 26,6% somente a Prefeitura. Ou seja, de acordo com os entrevistados, todos tem uma parcela de responsabilidade com a questão ambiental.

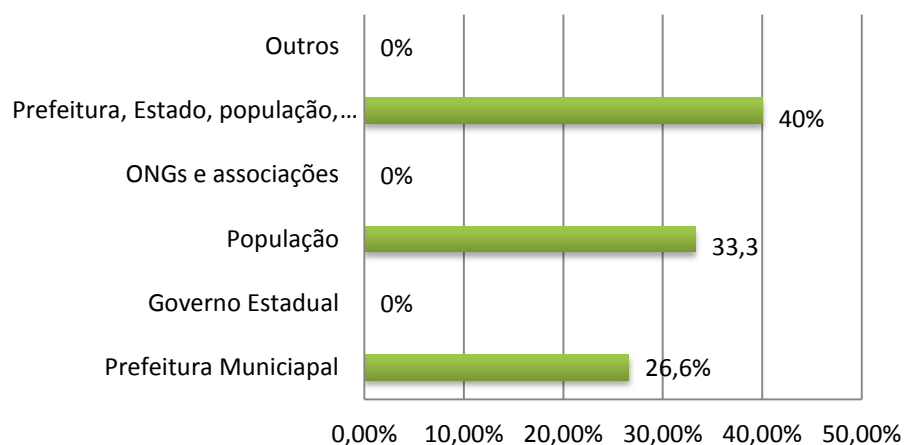


Figura 17: De quem você considera que seja a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais enfrentados em seu bairro? Fonte: Ojeda, 2014.

Foi pedido para que os entrevistados citassem quais os problemas de infraestrutura enfrentados em seu bairro e os mais lembrados foram: a falta de asfalto, falta de saneamento básico (o esgoto das casas correm a céu aberto) e a falta de água. Estes problemas citados são os que mais incomodam estes moradores devido ao fato de serem os que mais afetam o cotidiano e prejudicam o seu bem-estar.

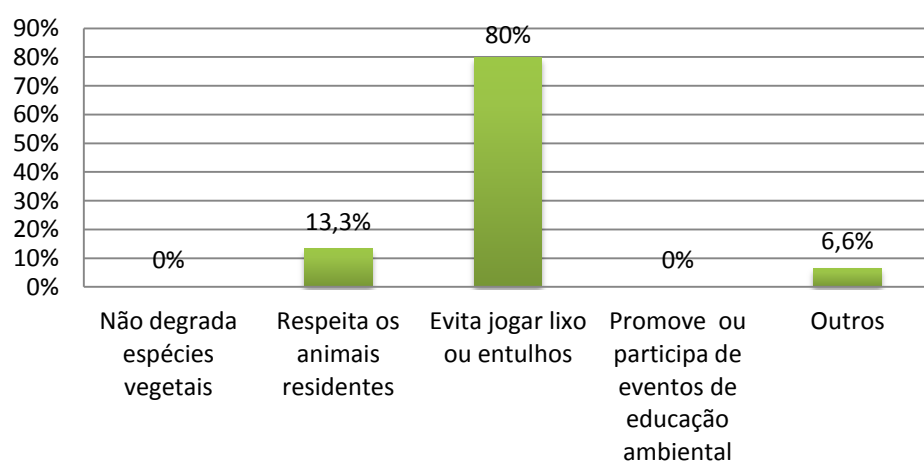


Figura 18: Você colabora para o meio ambiente quando. Fonte: Ojeda, 2014.

Sobre de que forma os moradores colaboram com o meio ambiente (Figura 18), 80% responderam que evitando jogar lixo ou entulhos, 13,3% respeitando os animais residentes e 6,6% de outras formas. Para estes

moradores, ao se jogar lixo em locais inapropriados causará sérios riscos ao ambiente, além de danos a saúde da população.

5. CONCLUSÃO

Pode-se perceber que o direito a uma moradia digna e que garanta aos seus moradores a possibilidade de qualidade de vida esta respaldado tanto pela Constituição Brasileira e seus instrumentos complementares (Leis Estaduais, Municipais, etc.), quanto nos instrumentos internacionais (Declarações, Tratados), que são reconhecidos como um direito humano, porém o que realmente se vê é uma grande parcela da população as margens de seus direitos em habitar um local seguro e que não ponha em risco sua saúde e a qualidade ambiental.

Desta forma, para a população com pouca oportunidade financeira e, assim, impedindo que possam adquirir uma habitação em locais já estruturados, o que resta é a busca por áreas inadequadas para implantar suas moradias e com quase nenhum respaldo do poder público, burlando, até mesmo, as leis vigentes. Foi o que se encontrou no bairro Jardim Vitória, que teve como origem a invasão, traçando um perfil de muitas dificuldades para estes moradores.

Através do questionário pode-se observar muitas queixas a respeito das qualidades desses serviços públicos, em especial a falta de água (que por muitas vezes chega a faltar por mais de uma semana), e também o precário serviço de saneamento básico. Houve também, segundo os moradores, uma descaracterização ambiental no local, devido ao alto nível de desmatamento para a instalação das casas, causando, segundo os próprios moradores, alteração na temperatura (temperaturas mais elevadas) e na umidade (umidade baixa) provocando desconforto aos moradores da região.

A partir deste estudo foi possível observar a importância do planejamento urbano em detrimento da qualidade de vida e ambiental da população e, também, a garantia, pelo poder público, de habitação para a população menos favorecida, já que isto vem sendo abordado desde as primeiras Conferências Internacionais, por se tratar de um direito universal.

A relevância desse trabalho do ponto de vista social está em contribuir com a sensibilização da comunidade aos problemas socioambientais gerando uma agenda de necessidades voltada para o desenvolvimento local.

7. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Federal nº 6.766. Brasília, DF. De 19 de dezembro de 1979.
- BRASIL. Lei nº 10.257. **Estatuto das Cidades**. Brasília, DF. De 10 de julho de 2001.
- BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, DF. De 05 de outubro 1988.
- BARBOSA, E. F. As invasões urbanas no Rio de Janeiro – Um processo de ocupação espacial organizado. In **Os desafios da Cidade Informal**. Belo Horizonte: SEPLANTEC. 1995.
- CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.
- CARDOSO, A. L. Trajetórias da Questão Ambiental Urbana: da Rio 92 às Agendas 21 locais. Curitiba: **Revista Paranaense de Desenvolvimento – Economia Estado Sociedade**, 2002.
- CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Agencia Municipal de Habitação Popular. Lei Complementar nº 108. De 23 de dezembro de 2003.
- CUIABÁ. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cuiabá. Lei complementar nº 003. De 24 de dezembro de 1992.
- FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. *Rev. Saúde Pública*, 25:75-86,1991.
- GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos "insustentáveis". São Paulo Perspec. Vol. 15, nº 01. São Paulo, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm>. Acesso em 29/12/2013.
- JACOBI, P. *Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999 (2ª ed.: 2006), 206p.
- MEYER, M. et al. Ocupação Irregular nos Espaços Urbanos Estudo de Caso: Bairro Nova Conquista, Cuiabá - MT. In **Associação dos Geógrafos Brasileiro**. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos - Crise, práxis e autonomia: espaço de resistência e de esperanças. Anais. Porto Alegre - RS, 2010.
- MORAIS, W. O. O processo de ocupação ilegal no espaço urbano de Cuiabá, os casos dos bairros Pedregal e Renascer. Cuiabá, 2009. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Departamento de pós-graduação em Geografia, 2009.

NASCIMENTO, A. Q. **A Organização do Espaço Urbano por Agentes Sociais Excluídos – Estrutura e Regularização Fundiária no Caso Vista Da Chapada/Cuiabá**. Bacharelado em Geografia: Geografia urbana. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2008. 51p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Glossário de promoção da saúde*. Genebra, 1998.

PORTAL DE MATO GROSSO; **História de Cuiabá**. Disponível em: <<http://www.mtseusmunicipios.com.br/NG/conteudo.php?sid=145&cid=460>> Acesso em 29/12/2013.

PREFEITURA DE CUIABÁ. Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (IPDU) - Perfil Socioeconômico de Cuiabá. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/upload/arquivo/perfil_dos_bairros.pdf> Acesso em 05/01/2014.

RODRIGUES, A. M. Produção e Consumo do e no Espaço – Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: *In Perspectiva Crítica* – Boletim Paulista de Geografia, no. 83, 2005.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção Repensando a Geografia).

TOSTES, J. A. Planos Diretores urbanos no Estado do Amapá. Boletim de Conjuntura. Política Social, v. 12, p. 22-28, 2006.

VARGAS, C. Área de Interesse Ambiental: Ocupar ou Preservar? 2008.122f. Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo – Faculdade Assis Gurgacz Curso de Arquitetura e Urbanismo, Cascavel - PR, 2008.

8. APÊNDICE

Questionário para apurar a percepção dos moradores a respeito das condições ambientais de sua região:

1. Perfil

Idade: _____

Sexo: () Masculino

() Feminino

Ocupação:

() Estudante

() Empregado / Empregador

() Aposentado

() Desempregado

() Outros _____

2. Escolaridade:

() Ensino fundamental;

() Superior Completo

() Ensino Médio

() Não alfabetizado

() Superior Incompleto

3. Há quanto tempo reside na região?

() Há 10 anos

() Menos de 10 anos

() Mais de 10 anos

4. Qual a importância das áreas verdes nos espaços urbanos:

() Concentração de Fauna e Flora

() Qualidade do ar

() Melhoria da qualidade visual

() Outros _____

5. Pra você, qual é a importância em se preservar o meio ambiente?

() Melhor qualidade de vida;

() Para as próximas gerações;

() Não vejo importância;

() Não sei.

6. Sobre a qualidade ambiental, como você vê a situação de seu bairro atualmente?

() Ótimo

() Ruim

() Bom

() Péssimo

7. Houve diminuição significativa na arborização local?

() Sim;

() Não;

() Não sei.

8. Em sua opinião, a diminuição das áreas verdes poderá afetar o bem-estar dos moradores? Se sim, por quê?
9. Você concorda que o crescimento desordenado dos bairros podem afetar as condições ambientais da região?
- () Sim;
- () Não;
- () Não sei.
10. Você observou alguma alteração na temperatura da região?
- () Sim, mais quente;
- () Sim, mais frio;
- () Não alterou;
- () Não sei.
11. Você notou alguma alteração na unidade local?
- () Percebo que tem se tornado mais seco;
- () Percebo que tem se tornado menos seco;
- () Não alterou;
- () Não sei.
12. De quem você considera que seja a responsabilidade pela solução dos problemas ambientais enfrentados em seu bairro?
- () Prefeitura Municipal ;
- () Governo Estadual
- () População
- () ONGs e associações
- () Prefeitura, Estado, população, ONGs e associações
- () Outros_____
13. Em seu bairro existem problemas de infraestrutura, quais?
14. Você colabora para o meio ambiente quando:
- () Não degrada espécies vegetais;
- () Respeita os animais residentes;
- () Evita jogar lixo ou entulhos;
- () Promove eventos de educação ambiental .
- () Outros _____

Obrigada pela sua colaboração!